

Ferramentas SUPPORT para a elaboração de políticas de saúde baseadas em evidências (STP)

Introdução

John N Lavis^{1}, Andrew D Oxman², Simon Lewin³ and Atle Fretheim⁴*

Lavis JN, Oxman AD, Lewin S, Fretheim A: SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP).

Introduction. Health Research Policy and Systems; 2009, 7(Suppl 1):I1 doi:10.1186/1478-4505-7-S1-I1.

<http://www.health-policy-systems.com/content/pdf/1478-4505-7-S1-I1.pdf>

1 Centre for Health Economics and Policy Analysis, Department of Clinical Epidemiology and Biostatistics, and Department of Political Science, McMaster University, 1200 Main St. West, HSC-2D3, Hamilton, ON, Canada, L8N 3Z5

2 Norwegian Knowledge Centre for the Health Services, P.O. Box 7004, St. Olavs plass, N-0130 Oslo, Norway

3 Norwegian Knowledge Centre for the Health Services, P.O. Box 7004, St. Olavs plass, N-0130 Oslo, Norway; Health Systems Research Unit, Medical Research Council of South Africa

4 Norwegian Knowledge Centre for the Health Services, P.O. Box 7004, St. Olavs plass, N-0130 Oslo, Norway; Section for International Health, Institute of General Practice and Community Medicine, Faculty of Medicine, University of Oslo, Norway

* Autor responsável por comunicações (lavisj@mcmaster.ca)

Resumo

Este artigo é a Introdução de uma série escrita para as pessoas responsáveis pela tomada de decisões relacionadas a políticas e programas de saúde e para aqueles que dão apoio a estes tomadores de decisão.

Saber como localizar e usar evidências de pesquisa pode ajudar os formuladores de políticas e aqueles que os ajudam a melhorar e a tornar a elaboração de políticas mais eficiente. Cada artigo desta série apresenta uma proposta de ferramenta que pode ser usada por aqueles envolvidos na busca e utilização de evidências de pesquisa para sustentar a elaboração de políticas de saúde baseadas em evidências. A série aborda quatro grandes áreas: 1. Apoio na elaboração de políticas baseadas em evidências; 2. Identificação das necessidades de evidências de pesquisa nas três etapas dos processos de formulação de políticas, ou seja, esclarecimento do problema, estruturação de opções, planejamento da execução; 3. Descoberta e avaliação das revisões sistemáticas e outros tipos de evidência para sustentação dessas etapas; e 4. Passagem da fase de evidências de pesquisa para a fase de decisões. Cada artigo começa com um, dois ou três cenários típicos relacionados ao tema. Estes cenários são projetados para ajudar os leitores a decidir sobre o nível de detalhamento que é relevante para eles na aplicação das ferramentas descritas. A maioria dos artigos desta série é estruturada utilizando um conjunto de perguntas que guia os leitores por meio das ferramentas propostas e mostra como desenvolver atividades para sustentar, de fato e com maior eficiência, a elaboração de políticas baseadas em evidências. Estas atividades incluem, por exemplo, o uso de evidências de pesquisa para esclarecer problemas, a avaliação da aplicabilidade das constatações de uma revisão sistemática sobre os efeitos das opções selecionadas para a resolução de problemas, a organização e o uso de diálogos da política para sustentar a elaboração de políticas baseadas em evidências e o planejamento da avaliação e monitoramento de políticas. Em vários artigos, o conjunto de questões apresentadas oferece mais orientações gerais sobre como apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências. Em cada artigo são listados e descritos recursos de informações adicionais. A avaliação dos métodos de apoio à elaboração de políticas de saúde baseadas em evidências é um campo em desenvolvimento e *opiniões construtivas sobre como melhorar a série são bem-vindas.*

SOBRE O STP

Este artigo é a Introdução de uma série escrita para as pessoas responsáveis pela tomada de decisões relacionadas a políticas e programas de saúde e para aqueles que dão apoio a estes tomadores de decisão. A série se destina a ajudar essas pessoas para assegurar que suas decisões sejam devidamente sustentadas pelas melhores evidências de pesquisa disponíveis. A série descreve um conjunto de ferramentas que foram desenvolvidas pelo projeto SUPPORT (SUPporting POLicy relevant Reviews and Trials, SUPORTE a Ensaio e Revisões relevantes para as Políticas), uma colaboração internacional patrocinada pelo 6º Programa-Quadro da Comissão Europeia (www.support-collaboration.org). Esta Introdução descreve as ferramentas SUPPORT e como elas podem ser usadas. Um glossário para toda a série acompanha cada artigo (ver Arquivo adicional 1). Podem ser encontrados links das traduções desta série para o espanhol, português, francês e chinês no website do SUPPORT (www.support-collaboration.org). Opiniões sobre como melhorar esta série são bem-vindas e devem ser encaminhadas para: STP@nokc.no.

HISTÓRICO

Os formuladores de políticas e aqueles que os apóiam muitas vezes se deparam com situações nas quais um melhor conhecimento sobre os métodos para se descobrir e usar evidências lhes permitiria conduzir os trabalhos que realizam de fato e com maior eficiência. Nesta série, descrevemos como os processos mais sistemáticos podem ser usados para apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências, identificar as necessidades de evidências (dados) de pesquisa e avaliar as evidências para atender a estas necessidades, e também para passar da fase de evidências para a fase de decisões. Aqui nesta introdução às séries, descrevemos os públicos-alvo para as ferramentas SUPPORT, as ferramentas propostas e como podem ser usadas, o que as ferramentas não fazem e como pretendemos desenvolvê-las ainda mais.

OS PÚBLICOS-ALVO PARA AS FERRAMENTAS SUPPORT

As ferramentas SUPPORT apresentadas nesta série foram desenvolvidas principalmente para os formuladores de políticas e aqueles que os apóiam.

Os formuladores de políticas formam um grupo variado, o qual inclui membros de gabinete (por exemplo, Ministros da Saúde ou Finanças), funcionários públicos eleitos (por exemplo, presidentes de comitês legislativos), funcionários públicos seniores (por exemplo, diretores de programas de atendimento básico de saúde) e nomeados políticos de alto escalão (por exemplo, chefes de agências governamentais). Os tipos de formuladores de políticas podem variar significativamente em função da sua autoridade ou papel em diferentes sistemas políticos, mas o que todos têm em comum é

a autoridade para tomar ou influenciar decisões de maneira direta. Em alguns países, os membros de gabinete podem ser eleitos, ao passo que os funcionários públicos seniores que os assessoram podem ser conselheiros neutros, sem qualquer filiação ao partido do governo. Em outros países, todos os cargos com autoridade para tomar decisões podem ser nomeados pelo partido do governo. Os tipos de formuladores de políticas também podem variar por nível operacional (por exemplo, local ou nacional) ou por setor (por exemplo, saúde ou economia).

Há uma variação similar no grupo de pessoas que apóiam os formuladores de políticas, o qual pode incluir pessoas de dentro do governo (ou seja, funcionários públicos juniores, tais como analistas de políticas, ou a equipe política de um funcionário público eleito ou um nomeado político de alto escalão) e pessoas que estejam trabalhando em unidades independentes que prestem apoio no uso de evidências de pesquisa para a elaboração de políticas. Porém, o papel de fornecedores de informações para que os formuladores de políticas possam tomar decisões é comum a todos. Isto se deve, apesar da variação que possa haver entre eles, ao seu grau de independência em relação aos formuladores de políticas (por exemplo, um órgão semi-autônomo do governo ou uma unidade de pesquisa de sistemas de saúde que seja independente do governo, mas que apóie o uso de evidências de pesquisa na definição de políticas) e sua filiação a outras instituições (por exemplo, organizações não-governamentais, universidades).

As ferramentas SUPPORT também são relevantes para os interessados no sistema de saúde. Este grupo pode incluir organizações não-governamentais e grupos da sociedade civil que desempenhem uma ampla variedade de papéis. Eles podem, por exemplo, tentar influenciar as decisões tomadas por formuladores de políticas. Ou então trabalham em áreas normalmente não abordadas por políticos, ou em áreas nas quais a autoridade tenha sido delegada a eles pelos próprios formuladores de políticas. Reconhecemos, no entanto, que um pouco da linguagem e alguns dos exemplos utilizados nesta série podem ter uma repercussão maior junto aos formuladores de política e àqueles que os apóiam.

As ferramentas SUPPORT foram preparadas para cenários que variam de países de renda baixa e média, como Uganda e Chile, até países de renda alta, como Canadá e Noruega. Sempre que possível, são apresentados exemplos de cenários distintos. Conforme descrito abaixo, muitos dos problemas e oportunidades encontrados no suporte à elaboração de políticas baseadas em evidências são muito semelhantes nos diferentes cenários.

Cada artigo começa com um, dois ou três cenários típicos, concebidos para incentivar os leitores a usar as ferramentas descritas e ajudá-los a decidir sobre o nível adequado de detalhe que necessitam. Alguns cenários descrevem funcionários públicos seniores que simplesmente precisam de uma ideia geral de quais sejam as expectativas exigidas para o seu pessoal – eles podem obter rapidamente estas informações lendo o artigo de

forma abrangente. Outros cenários, por exemplo, referem-se aos analistas juniores de política e diretores de unidades de pesquisa de sistemas de saúde aplicados. Eles precisarão de orientações mais específicas sobre como realizar novas atividades e devem, portanto, ler com mais cuidado o artigo relevante quando lhes for solicitado que realizem tais tarefas. Para eles, o artigo também será útil como referência.

AS FERRAMENTAS SUPPORT E COMO ELAS PODEM SER USADAS

Apresentamos, em cada artigo desta série, uma proposta de ferramenta que pode ser usada por aqueles envolvidos na descoberta e utilização de evidências de pesquisa para sustentar a formulação de políticas de saúde baseadas em evidências. A série aborda quatro grandes áreas de interesse relacionadas à formulação de políticas: 1. O suporte à formulação de políticas baseadas em evidências (Artigos 1-3 [1-3]) 2. Identificação das necessidades de evidências de pesquisa nas três etapas dos processos de formulação de políticas, ou seja, esclarecimento dos problemas, estruturação das opções e planejamento da execução (Artigos 4-6 [4-6]) 3. A descoberta e avaliação das evidências a serem fornecidas em cada uma destas etapas (Os artigos 7-10 [7-10] se concentram em revisões sistemáticas e os artigos 11-12 [11,11,12] em outros tipos de evidência) 4. A passagem da fase de evidências de pesquisa para a fase de decisões (Os artigos 13-15 [13-15] se concentram no envolvimento dos interessados na formulação de políticas baseadas em evidências. Os artigos 16-18 [16-18] descrevem como usar as evidências de pesquisa nas decisões). A Figura 1 apresenta uma visão geral da série, com os números mostrados se referindo ao artigo relevante. Em cada artigo são fornecidos recursos adicionais e links para o website.

Nos artigos sobre o suporte à elaboração de políticas baseadas em evidências (a primeira das quatro áreas principais abrangidas nesta série), o foco principal de cada um é um conjunto de questões que podem ser utilizadas para orientar sobre como apoiar a formulação de políticas baseadas em evidências. Talvez os formuladores de políticas e aqueles que os apóiam queiram saber mais sobre o que é a formulação de políticas com base em evidências (Artigo 1) [1], como melhorar as formas utilizadas pela sua organização para apoiar a formulação de políticas com base em evidências (Artigo 2) [2] ou sobre como estabelecer prioridades para sustentar a elaboração de políticas com base em evidências (Artigo 3) [3]. Estes artigos podem ajudar na orientação daqueles que se esforçam para compreender e moldar o contexto para a formulação de políticas com base em evidências.

Nas outras três áreas principais (ver Figura 1), cada artigo se concentra principalmente em um conjunto de perguntas que podem orientar sobre como realizar uma atividade que apóia a formulação de políticas com base em evidências. Tais atividades podem incluir o uso de evidências de pesquisas para o esclarecimento de um problema (Artigo 4) [4], a avaliação da aplicabilidade das constatações de uma revisão sistemática sobre

os efeitos de uma política ou opção de programa para a resolução de um problema (Artigo 9) [9], a organização e o uso de diálogos de política para sustentar a elaboração de políticas baseadas em evidências (Artigo 14) [14] e o planejamento do acompanhamento e avaliação de políticas (Artigo 18) [18].

Aqueles que desejam aprender sobre os diferentes tipos de evidências de pesquisa necessárias nos processos de elaboração de políticas devem preferencialmente começar com os Artigos 4-6 [4-6]. Estes três artigos correspondem às três etapas dos processos de formulação de políticas, ou seja, esclarecimento do problema, estruturação de opções e planejamento da execução. Estes artigos na série ajudam a identificar as necessidades de evidências de pesquisa em relação a cada uma dessas etapas. Embora os processos de elaboração de políticas envolvam uma sequência clara de etapas, até mesmo os processos altamente dinâmicos podem se beneficiar de um método sistemático de esclarecimento de problemas, com a estruturação de opções para resolver tais problemas e a definição de como uma opção será implantada. O artigo 13 [13] – sobre o qual falaremos novamente abaixo – descreve como reunir estas etapas nos resumos de políticas, as quais são usadas para sustentar o uso de evidências de pesquisas na elaboração de políticas.

Aqueles que sabem como identificar as necessidades de evidências de pesquisa em relação a cada etapa de um processo de elaboração de políticas, bem como aqueles que precisam realizar uma atividade mais focada, relacionada à descoberta e avaliação de evidências, talvez queiram ir diretamente para um ou mais dos Artigos 7-12 [7-12]. Estes artigos apresentam duas subséries de artigos. A primeira aborda as seguintes questões (relativas a revisões sistemáticas):

- Como encontrar revisões sistemáticas (Artigo 7) [7]. Os formuladores de políticas e aqueles que os apoiam precisarão entender a fundamentação lógica para se considerar que as revisões sistemáticas devem ser o “primeiro lugar para se procurar” e como encontrá-las de forma eficiente
- Até onde é possível confiar em uma revisão sistemática (Artigo 8) [8]. Assim como qualquer tipo de pesquisa, uma revisão sistemática pode ser bem ou mal feita e bem ou mal apresentada. Os formuladores de políticas irão querer conhecer a confiabilidade de uma revisão que esteja servindo de base para uma opção que eles endossarão
- Como avaliar a aplicabilidade das constatações de uma revisão sistemática (Artigo 9) [9]. Aqueles que auxiliam os formuladores de política precisarão avaliar se as constatações de uma revisão de estudos realizados em cenários muito diferentes realmente se aplicam ao seu próprio cenário
- Como levar em consideração a equidade ao avaliar as constatações de uma análise sistemática (Artigo 10) [10]. Muitos formuladores de políticas desejarão considerar os impactos de uma opção sobre cenários ou grupos desfavorecidos

O artigo 7 [7] enfatiza os méritos de revisões sistemáticas, ao passo que os próximos três artigos lidam com os desafios do uso de revisões na formulação de políticas.

Juntos, os artigos 11 e 12 completam uma segunda subsérie sobre a descoberta e o uso

de evidências de pesquisa sobre condições locais (Artigo 11) [11] e sobre os custos e o uso de recursos (Artigo 12) [12].

Quando as evidências de pesquisa tiverem sido encontradas e avaliadas, poderão surgir diversas oportunidades e questões na transição da fase de evidências de pesquisa para a fase de decisões. Este tema é o foco dos Artigos 13-18 [13-18]. Estes artigos contêm duas subséries adicionais de três artigos cada. A primeira examina como envolver os interessados no apoio à formulação de políticas baseadas em evidências. A segunda apresenta algumas inovações:

- Os resumos de políticas que embalam as evidências de pesquisa para apresentar as deliberações entre os formuladores de política e pessoas interessadas (Artigo 13) [13]
- Os diálogos de política que permitem que as evidências de pesquisa sejam consideradas juntamente com as visões, experiências e o conhecimento tácito daqueles que estarão envolvidos com as (ou serão afetados pelas) decisões futuras relacionadas a uma questão altamente prioritária (Artigo 14) [14]

A evidência de pesquisa é somente um fator que pode influenciar no processo de formulação de políticas. Os diálogos de política são uma oportunidade para discutir as evidências de pesquisa, assim como muitos outros fatores que podem ter influência. O terceiro artigo se concentra em como envolver o público nas elaborações de políticas baseadas em evidências (Artigo 15) [15].

A segunda e última subsérie aborda questões relacionadas ao uso das evidências de pesquisa nas decisões. Estas são:

- O uso de evidências de pesquisa para avaliar os prós e contras das políticas (Artigo 16) [16]
- Como lidar com a falta de evidências de pesquisa (Artigo 17) [17], e
- Planejamento do acompanhamento e da avaliação das políticas (Artigo 18) [18]

O último artigo nesta série também pode ser lido juntamente com os artigos sobre esclarecimento do problema (Artigo 4) [4], estruturação das opções (Artigo 5) [5] e planejamento da execução (Artigo 6) [6]. O planejamento do monitoramento e da avaliação é, sem dúvida, uma quarta etapa no processo de elaboração de políticas.

Algumas questões, como a equidade, são um tema recorrente em muitos dos artigos, mesmo que sejam o foco principal de apenas um artigo (Artigo 10) [10].

O QUE AS FERRAMENTAS SUPPORT NÃO FAZEM

As ferramentas SUPPORT foram desenvolvidas levando-se em consideração outras características do processo de elaboração de políticas. Por exemplo, o artigo sobre o uso de evidências de pesquisa para esclarecer um problema (Artigo 4) [4] menciona a importância de estar atento às janelas de oportunidade que podem surgir devido a

eventos políticos, tais como mudanças ou alterações no equilíbrio das forças políticas organizadas ou a nomeação de um novo ministro de saúde. O artigo 9 [9] examina como avaliar a aplicabilidade das constatações de uma revisão sistemática e salienta a importância de avaliar se os estudos incluídos em uma revisão sistemática foram realizados em cenários com perspectivas bastante similares e de influência política entre as partes interessadas no sistema de saúde, em comparação aos cenários nos quais as decisões de política podem ser aplicadas.

Entretanto, as ferramentas SUPPORT não abordam os esforços para apoiar a elaboração de políticas de saúde de forma geral. Como o título indica, cada ferramenta se concentra no suporte ao *uso de evidências de pesquisa* na formulação de políticas de saúde. Isto não significa que outras formas de apoio não possam complementar estas ferramentas. Os formuladores de políticas, por exemplo, também precisam saber como avaliar e influenciar a dinâmica das partes interessadas (independente das implicações dessa dinâmica para a aplicabilidade das constatações de uma revisão sistemática). Essa dinâmica, incluindo as relações de poder entre as partes interessadas e os interesses dos diferentes grupos, são um fator-chave que influenciam o processo de formulação de políticas. Os valores são outro setor no qual as ferramentas para apoiar a reflexão sistemática e explícita na elaboração das políticas de saúde poderiam ser úteis para os formuladores de políticas e aqueles que os apóiam.

Ao se concentrar em como apoiar o uso de evidências de pesquisa para a elaboração de políticas de saúde, as ferramentas SUPPORT procuram auxiliar o uso da melhor evidência de pesquisa disponível no momento em que tal evidência for necessária, e no momento disponível para a compilação de tal evidência. As evidências de pesquisa podem ser insuficientes, incompletas, imperfeitas e até mesmo contraditórias. Porém, os formuladores de política ainda necessitam de tais evidências para tomar decisões. Tomar medidas com base em evidências de pesquisa disponíveis, estando ciente dos pontos fortes e limitações de tais evidências, seria visto por muitos interessados como uma indicação de que o trabalho dos formuladores de políticas foi apropriado e construtivo. Esta impressão seria intensificada pelo acompanhamento de como as opções são colocadas em prática, com a avaliação de seus impactos e posterior ajuste, à medida que melhores evidências de pesquisa se tornam disponíveis.

O DESENVOLVIMENTO ADICIONAL DAS FERRAMENTAS SUPPORT

Nesta pesquisa, foi dada uma atenção considerável a algumas das atividades e dos esforços mais amplos do suporte à elaboração de políticas baseadas em evidências que são abordadas nas ferramentas SUPPORT. Por exemplo, a ferramenta SUPPORT usada para encontrar e utilizar as evidências de pesquisa sobre os custos e uso de recursos (Artigo 12) [12] se baseia em aspectos relevantes da literatura de avaliação econômica. Além disso, algumas das ferramentas SUPPORT já foram amplamente usadas no

campo e adaptadas repetidamente com base nessas experiências. Por exemplo, repetições sucessivas da ferramenta SUPPORT no uso de evidências de pesquisa para a estruturação de opções visando a resolução de um problema (Artigo 5) [5] foram usadas em workshops para formuladores de políticas, partes interessadas e pesquisadores de mais de dez países na África, quatro países na Ásia, e sete países nas Américas. Para nós, este teste de campo reforçou o fato de que muitos dos problemas e das oportunidades encontrados no suporte à elaboração de políticas baseadas em evidências são muito semelhantes nos diferentes cenários.

Outras atividades e esforços de suporte receberam menos atenção. Por exemplo, as ferramentas SUPPORT, como aquelas que descrevem como melhorar os métodos utilizados por uma organização para apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências (Artigo 2) [2], como uma organização estabelece as prioridades para apoiar a formulação de políticas baseadas em evidências (Artigo 3) [3], como preparar e usar resumos de políticas (Artigo 13) [13] e como organizar e usar diálogos de política (Artigo 14) [14], se beneficiariam do desenvolvimento de uma base mais precisa de evidências. Até agora, estas ferramentas também foram submetidas a um número menor de testes de campo. Estamos divulgando o conjunto completo de ferramentas, pois prevemos que a maior utilização e aplicação de tais ferramentas irão ajudar ainda mais na adaptação. Opiniões sobre como melhorar as ferramentas são bem-vindas. Também agradeceríamos as opiniões sobre quais ferramentas precisam ser acrescentadas às séries.

CONCLUSÃO

As ferramentas SUPPORT desta série foram projetadas para ajudar os formuladores de pesquisa e aqueles que os apóiam a melhorar um aspecto de seu trabalho ou torná-lo mais eficiente – ou seja, a localização e o uso de evidências de pesquisa para apoiar a formulação de políticas de saúde. As ferramentas também são relevantes para as partes interessadas no sistema de saúde, tais como organizações não-governamentais e grupos da sociedade civil. Diferentes leitores usarão as ferramentas de diferentes formas. Os formuladores de políticas podem ler os artigos superficialmente para obter ideias sobre como devem ajustar as expectativas que estabeleceram para a sua equipe. Aqueles que apóiam os formuladores de políticas podem optar por ler um artigo específico que os ajudará a realizar uma nova atividade, e então usar o artigo mais tarde como um guia de referência ou como uma forma de aprimorar suas habilidades. Esperamos que os formuladores de políticas e aqueles que os apóiam nos ajudem a desenvolver e melhorar o que é apresentado aqui.

RECURSOS

Documentos úteis e leituras adicionais

Lavis JN, Oxman AD, Moynihan R, Paulsen E. Evidence-informed health policy:

1. Synthesis of findings from a multi-method study of organizations that support the use of research evidence. *Implementation Science* 2008, 3:53:
www.implementationscience.com/content/3/1/53 – fonte de percepções provenientes de organizações que participam ativamente no apoio ao uso de evidências de pesquisa na elaboração de políticas, em especial na formulação de políticas em países de baixa renda e média renda

Sutcliffe S, Court J. *A Toolkit for Progressive Policymakers in Developing Countries*. Londres, Reino Unido: Overseas Development Institute, 2006:

www.odi.org.uk/resources/download/154.pdf – fonte de ferramentas adicionais que podem ser usadas para subsidiar a formulação de políticas, especialmente a formulação de políticas em países de baixa renda e média renda

Ciliska D, Thomas H, Buffett C. *Introduction to Evidence-Informed Public Health and a Compendium of Critical Appraisal Tools for Public Health Practice*. Hamilton, Canadá: National Collaborating Centre for Methods and Tools (Centro Nacional de Colaboração para Métodos e Ferramentas), 2008:

http://www.nccmt.ca/pubs/2008_07_IntroEIPH_compendiumENG.pdf – fonte de ferramentas adicionais que podem ser usadas para apoiar o uso de evidências de pesquisas na formulação de políticas, especialmente aquelas relacionadas à saúde pública

Guyatt G, Rennie D, Meade MO, Cook DJ (Editors). *Users' Guides to the Medical Literature: A Manual for Evidence-Based Clinical Practice*. Second Edition. New York, USA (Nova Iorque, EUA): McGraw Hill Medical, 2008 – fonte de ferramentas adicionais que podem ser usadas para apoiar o uso de evidências de pesquisas na formulação de políticas, especialmente na formulação de políticas relacionadas ao atendimento clínico

Research Matters. *Knowledge Translation: A 'Research Matters' Toolkit*. Ottawa, Canadá: International Development Research Centre (Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Internacional): www.idrc.ca/research-matters/ev-128908-201-1-DO_TOPIC.html – fonte de ferramentas adicionais que podem ser usadas para apoiar o uso de evidências de pesquisas na formulação de políticas, especialmente por pesquisadores

Links de sites

Colaboração SUPPORT (SUPporting Policy relevant Reviews and Trials, suporte a ensaios e revisões relevantes para as políticas): www.support-collaboration.org/ – Fonte das traduções desta série para o espanhol, português, francês e chinês

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram que não têm interesses conflitantes.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

JNL preparou o primeiro esboço deste artigo. ADO, SL e AF contribuíram no esboço e na revisão do artigo.

AGRADECIMENTOS

Esta série de artigos foi preparada como parte do projeto SUPPORT, o qual foi apoiado pelo 6º Programa-Quadro INCO da Comissão Europeia, contrato 031939. A Norad (*Norwegian Agency for Development Cooperation* – Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento), Alliance for Health Policy and Systems Research (a Aliança para a Pesquisa de Sistemas e Políticas de Saúde) e o Milbank Memorial Fund financiaram uma reunião de revisão por pares onde foi realizado um debate sobre uma versão anterior da série. John Lavis recebe salário como *Canada Research Chair in Knowledge Transfer and Exchange* (Catedrático de Pesquisa no Canadá para a Transferência e Troca de Conhecimento). Nenhum dos financiadores atuou na elaboração, revisão ou aprovação do conteúdo desta série. Simon Goudie copiou e editou a série. Sarah Rosenbaum preparou as figuras incluídas na série. Kjetil Olsen ajudou na edição técnica, na gestão do processo de revisão por pares e na preparação dos manuscritos para a apresentação. Gostaríamos de agradecer as seguintes pessoas **por sua participação na reunião da revisão por pares**: Bocar Kouyate (Centre national de Recherche et de Formation sur le Paludisme, Ouagadougou, Burkina Faso), Christina Zarowsky (School of Public Health [Escola de Saúde Pública], University of the Western Cape [Universidade de Western Cape], Bellville, África do Sul), Donald Simeon (Caribbean Health Research Council [Conselho de Pesquisa de Saúde do Caribe], St. Augustine, Trinidad and Tobago), John Mark Gibson (Center for Evidence-based Policy [Centro para Políticas Baseadas em Evidências], Oregon Health and Science University [Universidade de Ciência e Saúde de Oregon], Portland, Oregon, EUA), Joseph Kasonde (Zambia Forum for Health Research [Fórum da Zâmbia para Pesquisa de Saúde], Lusaka, Zâmbia), Knut-Inge Klepp (Division of Public Health and Welfare [Divisão de Saúde Pública e Bem-Estar Social], Norwegian Directorate of Health [Diretorado Norueguês de Saúde], Oslo, Noruega), Li Youping

(Chinese Cochrane/EBM Centre [Centro Chinês Cochrane/EBM], West China Hospital [Hospital do Oeste da China], Sichuan University (Universidade Sichuan), Chengdu, Sichuan P.R. China), Lucy Gilson (UCT Oliver Tambo Fellowship Programme and Professor [UCT Oliver Tambo, Programa de Bolsa de Estudos e Professor], Health Policy and Systems [Sistemas e Política de Saúde], University of Cape Town and London School of Hygiene and Tropical Medicine [Universidade da Cidade do Cabo e Escola Londrina de Higiene e Medicina Tropical], Cidade do Cabo, África do Sul e Londres, Reino Unido), Martin McKee (London School of Hygiene and Tropical Medicine, Londres, Reino Unido), Michael Kent Ranson (Alliance for Health Policy and Systems Research, OMS, Geneva, Suíça), Muir Gray (NHS National Knowledge Service [Serviço Nacional de Conhecimento NHS], Oxford, Reino Unido), Nick Mays (Health Services Research Unit [Unidade de Pesquisa de Serviços de Saúde], Department of Public Health and Policy [Departamento de Política e Saúde Pública], London School of Hygiene and Tropical Medicine, Londres, Reino Unido), Ray Moynihan (University of Newcastle [Universidade de Newcastle], Newcastle, Austrália), Robert S Nakagawa (BC Ministry of Health Services [Ministro de Serviços de Saúde de BC], Victoria, BC, Canadá), Steve Hanney (HERG [*Health Economics Research Group* – Grupo de Pesquisa Econômica para a Saúde], Brunel University [Universidade de Brunel], Uxbridge, Reino Unido). Também gostaríamos de agradecer as seguintes pessoas que nos deram as suas sugestões com relação a um número significativo de artigos da série: Duff Montgomerie (Nova Scotia Department of Health Promotion and Protection [Departamento de Proteção e Promoção da Saúde da Nova Scotia], Halifax, Canadá), Pierre Ongolo-Zogo (Centre for the Development of Best Practices in Health [Centro para o Desenvolvimento das Melhores Práticas de Saúde], Yaoundé Central Hospital [Hospital Central de Yaoundé] e Faculty of Medicine and Biomedical Sciences [Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas], University of Yaoundé [Universidade de Yaoundé], Yaoundé, Camarões), Susan Munabi Babigumira (Norwegian Knowledge Centre for the Health Services [Centro Norueguês de Conhecimento para Serviços de Saúde], Oslo, Noruega), e Esperanca Sevene, Alda Mariano e Julie Cliff (Eduardo Mondlane University [Universidade de Eduardo Mondlane], Maputo, Moçambique).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Oxman AD, Lavis JN, Lewin S, Fretheim A: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 1. What is evidence-informed policymaking.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S1).
2. Oxman AD, Vandvik PO, Lavis JN, Fretheim A, Lewin S: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 2. Improving how your organisation supports the use of research evidence to inform policymaking.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S2).
3. Lavis JN, Oxman AD, Lewin S, Fretheim A: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 3. Setting priorities for supporting evidence-informed policymaking.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S3).
4. Lavis JN, Wilson M, Oxman AD, Lewin S, Fretheim A: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 4. Using research evidence to clarify a problem.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S4).
5. Lavis JN, Wilson MG, Oxman AD, Grimshaw J, Lewin S, Fretheim A: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 5. Using research evidence to frame options to address a problem.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S5).
6. Fretheim A, Munabi-Babigumira S, Oxman AD, Lavis JN, Lewin S: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 6. Using research evidence to address how an option will be implemented.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S6).
7. Lavis JN, Oxman AD, Grimshaw J, Johansen M, Boyko JA, Lewin S *et al.*: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 7. Finding systematic reviews.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S7).
8. Lewin S, Oxman AD, Lavis JN, Fretheim A: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 8. Deciding how much confidence to place in a systematic review.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S8).
9. Lavis JN, Oxman AD, Souza NM, Lewin S, Gruen RL, Fretheim A: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 9. Assessing the applicability of the findings of a systematic review.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S9).
10. Oxman AD, Lavis JN, Lewin S, Fretheim A: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 10. Taking equity into consideration when assessing the findings of a systematic review.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S10).
11. Lewin S, Oxman AD, Lavis JN, Fretheim A, García Martí S, Munabi-Babigumira S: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 11. Finding and using research evidence about local conditions.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S11).
12. Oxman AD, Fretheim A, Lavis JN, Lewin S: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 12. Finding and using research**

evidence about resource use and costs. *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S12).

13. Lavis JN, Permanand G, Oxman AD, Lewin S, Fretheim A: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 13. Preparing and using policy briefs to support evidence-informed policymaking.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S13).
 14. Lavis JN, Boyko J, Oxman AD, Lewin S, Fretheim A: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 14. Organising and using policy dialogues to support evidence-informed policymaking.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S14).
 15. Oxman AD, Lewin S, Lavis JN, Fretheim A: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 15. Engaging the public in evidence-informed policymaking.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S15).
 16. Oxman AD, Lavis JN, Fretheim A, Lewin S: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 16. Using research evidence in balancing the pros and cons of policies.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S16).
 17. Oxman AD, Lavis JN, Fretheim A, Lewin S: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 17. Dealing with insufficient research evidence.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S17).
 18. Fretheim A, Oxman AD, Lavis JN, Lewin S: **SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 18. Planning monitoring and evaluation of policies.** *Health Res Policy Syst* 2009, 7 (Suppl 1:S18).
-

Figura 1. Visão geral da série

